



FAMILIARE INSTITUTO SISTEMICO

**Contribuições da Teoria Relacional Sistêmica para o processo de reinserção  
familiar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional**

Trabalho apresentado ao Familiare Instituto Sistêmico como  
requisito parcial para a conclusão do Curso de Especialização  
em Terapia Relacional Sistêmica.

Mariana Pereira de França  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Aparecida Crepaldi

Florianópolis  
2019

## **AGRADECIMENTOS**

Considero que este é um dos ciclos de maior dificuldade de encerramento, o Instituto Familiare foi mais que uma especialização, foi um espaço de amadurecimento e crescimento pessoal. Agradeço a acolhida de todos os profissionais envolvidos e a turma T14 pelas trocas e reflexões. Agradeço a minha família pelo incentivo, carinho e compreensão. Sou grata também por todas as famílias de crianças acolhidas que passaram por mim nos cinco anos que estive na área social e que me permitiram entrar em suas vidas.

**Resumo:** O abrigamento de crianças e adolescentes é um fenômeno que está presente na história brasileira desde o período colonial. As mudanças ocorridas ao longo do tempo se deram tanto no seu significado quanto em seu objetivo. Tais alterações motivaram estudos que visam compreender a manutenção dos vínculos familiares de crianças e adolescentes vítimas de violência que foram retirados do convívio familiar. O objetivo do presente trabalho foi identificar as contribuições da visão sistêmica, para a intervenção no processo de reinserção familiar de crianças e adolescentes em um programa de acolhimento institucional. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de revisão bibliográfica do tipo narrativa sobre principais concepções sobre o tema. Os resultados indicam que a visão sistêmica está presente nas pesquisas analisadas, uma vez que o abrigamento é um fenômeno multifatorial, o qual envolve diferentes esferas relacionais, incluindo a sociedade, Poder Judiciário e a família. Compreender a dinâmica familiar, fatores de risco e protetivos, junto com a criação de mapas de rede de apoio, que auxiliam na realização de uma intervenção efetiva.

**Palavras chave:** Acolhimento Institucional, Reinserção Familiar, Desacolhimento, Crianças, Teoria Sistêmica.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo é o resultado da monografia de conclusão do curso de formação em **Psicologia Clínica: Terapia Relacional Sistêmica**, concluído no Instituto *Familiare*. O interesse para a realização do presente estudo surgiu no período em que a aluna atuou como técnica de uma instituição de acolhimento para crianças e adolescentes. Em função da idade do público alvo atendido - entre sete e 17 anos - o número de encaminhamentos para família substituta ou adoção, era reduzido. Então, os técnicos visavam como recurso para a desinstitucionalização, o investimento na família de origem, nuclear e extensa, da criança acolhida. Durante as intervenções com as famílias, a autora se perguntava: De que forma os técnicos poderiam constatar que a família superou o ciclo de violência? Como proteger a criança e manter os vínculos familiares? Quais técnicas poderiam facilitar a intervenção com as famílias? Como observar que ocorreu uma mudança efetiva na dinâmica familiar? Quais as estratégias para evitar a reinserção na instituição de acolhimento?

Com o intuito de elucidar estes questionamentos, na presente pesquisa, buscou-se identificar quais os recursos que a Terapia Relacional Sistêmica pode oferecer para a intervenção no processo de reintegração familiar. Para compreender o processo de desinstitucionalização e reintegração familiar é importante conhecer parte da história das instituições de acolhimento no Brasil e a relação estabelecida entre famílias, poder judiciário e políticas públicas no decorrer dos últimos anos.

A institucionalização brasileira foi iniciada no período colonial com o intuito de minimizar o número de crianças abandonadas nas ruas, por diversos motivos: morte ou adoecimento dos genitores, nascimento de gêmeos, falta de leite da mãe, doenças dos bebês e/ou filhos ilegítimos de mulheres das famílias privilegiadas. Estas Instituições, nomeadas como Rodas dos Expostos ou Roda da Misericórdia eram administradas pela Igreja Católica e seguiam o mesmo modelo de atendimento realizado na Europa. Até os sete anos de idade, as crianças recebiam cuidado integral, moradia, alimentação e educação básica (GRANDESSO E BENETI, 2010; AZOR E VECTORE, 2008; RIZZINI, 1997).

Após a Independência do Brasil, com o Ato Adicional de 1834 (Lei n.16 de 12/8/1834), foi determinado que a instrução primária<sup>2</sup> passou a ser de responsabilidade das províncias brasileiras, iniciando a criação dos primeiros institutos educacionais para instrução primária e profissional das crianças e adolescentes das classes populares. Nesses espaços, os

---

<sup>2</sup>Primeiro estágio da educação escolar, normalmente realizado por crianças com idade a partir dos seis anos.

meninos recebiam instrução primária, musical e religiosa; assim como o aprendizado de ofícios: mecânicos, sapateiros, alfaiates, marceneiros, carpinteiros, enquanto as meninas obtinham uma educação voltada para o lar (RIZZINI, 1997).

Foi neste período que surgiu o termo “menor abandonado”, empregado quando se constatava a ausência dos pais na criação de seus filhos. A fim de subsidiar essas crianças, na década de 20, surge a primeira legislação para amparar os menores de dezoito anos “em situação de abandono moral ou material devido ao não cumprimento das funções de cuidado e educação por parte dos pais ou da família” (BENETTI, GRANDESSO, 2010). Assim, o “poder familiar” era retirado dos pais e repassado ao Estado e as crianças e adolescentes eram encaminhados para instituições, cujos atendimentos eram realizados por meio de um regime de internação pautado no isolamento, logo, a convivência e os vínculos afetivos familiares eram rompidos (RIZZINI, 1997; AZOR, 2005; SILVA, 2012).

Em levantamentos realizados por Rizzini (1997), nos documentos da extinta Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (FUNABEM), há registros de que as famílias buscavam internar os filhos por considerar que esta instituição era um local seguro, onde crianças e adolescentes poderiam estudar e comer, uma vez que a proposta da FUNABEM supria tais necessidades. Porém, no fim da década de 70 e início dos anos 80, a eficácia desta medida começou a ser questionada em seminários sobre a infância brasileira, uma vez que o número de crianças internadas era superior ao esperado.

Como resultado destes movimentos, aliado ao processo de desenvolvimento da nova democracia, em 1988, a nova Constituição Federal destacou a criança e o adolescente como sujeitos de direito e de prioridade nacional, culminando com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (RIZZINI, 1997; GRANDESSO, BENETTI, 2010). Assim, a legislação promoveu um novo significado na relação estabelecida entre criança, família e Estado. O artigo 227 da Constituição Federal (BRASIL, 1990), atribui que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com prioridade absoluta, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Sendo assim, a responsabilidade para o desenvolvimento integral de uma criança não é mais unilateral, ou só do Estado ou só dos pais/responsáveis, e sim multidirecional, sendo também dever do Estado fornecer subsídios para que os pais possam oferecer o desenvolvimento integral aos seus filhos.

Após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o encaminhamento para serviço de acolhimento passou a ser concebido como medida protetiva, de caráter excepcional e provisório (art. 101). De acordo com as disposições do ECA, crianças e adolescentes são encaminhados para serviços de acolhimento através do poder judiciário ou conselho tutelar, quando esgotados os recursos para a sua manutenção na família de origem e extensa (BRASIL, 1990).

Mais de uma década depois da promulgação do ECA, dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA SILVA e AQUINO (2004) pontuam que os motivos que levam as crianças e adolescentes brasileiros ao acolhimento institucional são: carência de recursos materiais da família, abandono pelos pais ou responsáveis, violência doméstica, dependência química de pais ou responsáveis, vivência de rua, orfandade, prisão dos pais ou responsáveis e abuso sexual praticado pelos pais ou responsáveis. Além disso, foi constatado que as crianças e adolescentes abrigados não eram órfãos. 87% dos pesquisados tinham família e, deste percentual, apenas 5,8%, apresentavam a destituição do poder familiar, ou seja, não podiam ter contato com a sua família devido aos trâmites judiciais. As crianças e os adolescentes “sem família” ou com “família desaparecida” representavam apenas 11,3% do total de pesquisados.

Em função destes dados, no ano de 2006, foram instituídas políticas públicas a fim de reordenar o serviço de acolhimento institucional, que tinha por objetivo reduzir o acolhimento prolongado, uma vez que restrição dos vínculos sociais e a massificação dos procedimentos de cuidado são aspectos que interferem nas bases de apoio ao desenvolvimento físico, intelectual, social e afetivo de uma criança. O Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária surge para desmitificar a ideia de que a família substituta, adoção, é a única possibilidade de encaminhamento pós-acolhimento institucional. Desta forma, o investimento nas famílias das crianças e adolescentes acolhidos passa ser uma prioridade para os técnicos de acolhimento institucional, instaurando em seus programas de intervenção um programa de reintegração familiar entre as crianças acolhidas e a sua família de origem (CAVALCANTE; SILVA; MAGALHÃES, 2010).

O processo de reintegração familiar é conduzido pela equipe técnica da Instituição de acolhimento em conjunto com as autoridades dos órgãos envolvidos na defesa sociojurídica de crianças e adolescentes. São realizadas entrevistas com a família da criança acolhida no ambiente jurídico, em domicílio ou instituição de acolhimento. As intervenções realizadas são planejadas com base nos motivos que levaram a retirada da criança de sua família, aspectos

como a dinâmica e funcionamento familiar são avaliados, a fim de se identificar a efetividade de um retorno da criança para a sua família (CAVALCANTE; SILVA; MAGALHÃES, 2010).

Com o recorte histórico apresentado, aliado ao Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, é possível perceber que o fenômeno de reintegração familiar de crianças e adolescentes institucionalizados é relativamente recente, uma vez que esta política foi instaurada há pouco mais de dez anos. Sendo assim, a reintegração de crianças e adolescentes institucionalizados em suas famílias de origem é um campo novo de estudo para a Psicologia brasileira.

Siqueira et al. (2010) apontam que, até a data da publicação do referido artigo, haviam apenas três estudos envolvendo o fenômeno da reinserção familiar. Dentre esses, Azor e Vectore (2008), por meio de estudo de caso, investigaram os fatores que contribuíram para o retorno do convívio familiar. Já o estudo de caso de Silva e Nunes (2004), pesquisou o período subsequente ao retorno à família. Siqueira e Dell’Aglío (2007) também estudaram os fatores de risco implicados no processo de reinserção familiar.

Em grupo focal, realizado por Brito, Rosa e Trindade (2014) com técnicos de acolhimento institucional em uma cidade do Estado do Espírito Santo, no ano de 2009, que objetivava identificar o processo de reinserção familiar, foi percebido que as instituições que fizeram parte da pesquisa acolheram 123 crianças e adolescentes, e apenas 13 delas foram reinseridos à família. Os autores apontam que o trabalho realizado pelos técnicos das instituições de acolhimento com a família das crianças acolhidas é resumido em encaminhamentos para a rede socioassistencial, a qual muitas vezes reduz a adesão dos membros das famílias, impossibilitando o empoderamento destas e a apropriação dos motivos que levaram ao acolhimento. Por consequência, isso impede a ruptura com o que levou à institucionalização, impossibilitando a reinserção familiar.

Observando os dados apresentados na pesquisa realizada por Brito, Rosa e Trindade (2014) aliado à legislação vigente, a qual aponta que o período máximo do acolhimento é de até dois anos, pergunta-se: Que tipo de trabalho os técnicos podem realizar com as famílias das crianças acolhidas? O que deve ser levado em consideração para que uma criança retorne para a sua família? Que instrumentos podem ser utilizados?

A partir dos questionamentos acima, a autora chegou a pergunta que norteia este trabalho: **Quais as contribuições que a abordagem sistêmica oferece para o processo de reinserção familiar?** Esta pergunta tem como objetivo descrever as possíveis contribuições da Terapia Relacional Sistêmica para a reinserção familiar das crianças e adolescentes inseridos em programas de acolhimento institucional.

## **MÉTODO**

O presente artigo trata-se de um estudo qualitativo, de revisão bibliográfica narrativa. Este tipo de pesquisa é caracterizado pela descrição e discussão do desenvolvimento de determinada temática por meio de uma análise ampla da literatura, onde os critérios de seleção e avaliação da literatura pesquisada não são explicitados com rigor, auxiliando na aquisição e atualização de conhecimento da temática (ROTHER, 2007). Para tanto, foram recuperados artigos indexados nas bases de dados: Scielo, Biblioteca Virtual em Saúde - BVS, Portal de Periódicos Capes e Scopus e na revista Nova Perspectiva Sistêmica, durante o mês de maio de 2017, tendo como período de referência os últimos 10 anos, além de teses e dissertações, defendidas no mesmo período.

Foram empregados isoladamente ou de forma combinada os seguintes termos de indexação ou descritor: Desligamento institucional, Desabrigamento, Reintegração familiar, Desinstitucionalização e Reinserção familiar. Para a inclusão das publicações, foram obedecidos os seguintes critérios: ter uma das palavras-chave ou expressões citadas acima, no título, entre as palavras-chave da publicação, ou ainda, estar explícito no resumo que a publicação está relacionada à reinserção familiar de crianças e adolescentes inseridos em um programa de acolhimento institucional.

Após a seleção da literatura, foi realizada a leitura dos títulos e resumos e, nesta etapa, nenhuma publicação foi excluída. Posteriormente, foi realizada a leitura completa das 22 publicações encontradas. Como eixo de análise, buscou-se inicialmente classificar os resultados quanto ao delineamento dos estudos pesquisados, ano de publicação, tipo de publicação e, em seguida, prosseguiu-se com a análise da fundamentação teórica dos estudos, ou seja, identificar a abordagem teórica da psicologia que fundamentou o trabalho e seus resultados.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A busca dos artigos que compuseram este estudo identificou 22 referências sobre reintegração familiar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional nas bases de dados referidos. Com relação ao tipo de publicação, observou-se a prevalência de publicações de artigos, 77% do total pesquisado, seguido por dissertações, com 14%. Cartilhas e livros somam 9%. Com relação à data da publicação, constata-se uma variação entre o período de 2003 e 2016. Com relação à abordagem teórica utilizada para o embasamento das publicações, foi verificado que apenas duas publicações utilizaram a psicanálise, as demais utilizaram em seu fundamento a teoria sistêmica.



As pesquisas foram subdivididas em categorias de acordo com o seu delineamento. Sendo assim, as categorias foram: Estudo de Caso, Caracterização e Interventivo/Instrumental. Para a ordenação dos quadros utilizou-se como critério a data da publicação, do mais novo para o mais antigo.

A categoria Estudo de Caso referiu-se aos estudos que descrevem e exemplificam de forma aprofundada o processo de reintegração familiar através da história de uma criança ou jovem. Esta categoria é composta por 11 publicações e o período de publicação variou entre 2003 e 2016. A abordagem teórica prevalente é a Teoria Sistêmica, como pode ser observado na tabela 1, abaixo.

**Tabela 1 - Classificação dos estudos selecionados para revisão narrativa por categoria estudo de caso.**

<b>Categoria: Estudo de Caso</b>				
<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>ANO</b>	<b>TIPO DE PUBLICAÇÃO</b>	<b>ABORDAGEM</b>
A família diante dos serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes	Heloisa Schvarzman de Araujo Silva	2016	Dissertação	Psicanálise
Abrigar/desabrigar: conhecendo o papel das famílias nesse processo	<u>Ana Mafalda Guedes Cabral Courinha Vassalo</u> Azor; <u>Celia</u> Vectore	2008	Artigo	Sistêmica
Acolhimento institucional: percepções de familiares que o vivenciaram	Patricia Jovasque Rocha; Dorian Mônica Arpini; Sabrina Dal Ongaro Savegnago	2015	Artigo	Sistêmica
O processo de desligamento de adolescentes em acolhimento institucional	Edinete Maria Rosa; Célia Regina Rangel Nascimento; Jallana Rios Matos; Jamile Rajab dos Santos	2012	Artigo	Sistêmica
O processo de reinserção familiar sob a ótica das equipes técnicas das instituições de acolhimento	Carolina Oliveira de Brito; Edinete Maria Rosa; Zeidi Araújo Trindade	2014	Artigo	Sistêmica

(continua)

(Continuação)

Processo de reinserção familiar: estudo de casos de adolescentes que viveram em instituição de abrigo	Aline Cardoso Siqueira; Ana Paula Zoltowski; Jaqueline Portella Giordani; Taíse Mallet Otero; Débora Dalbosco Dell'Aglio	2010	Artigo	Sistêmica
Projeto resiliência: estudo longitudinal das trajetórias de reinserção familiar e social de crianças e adolescentes que vivem em situação de risco psicossocial em Rio Grande/RS	Mara Regina Santos da Silva; Karina da Silva Nunes; Flavia Lamberti Pivoto; Daniela Brum da Silva; Ronídia Hendler Schwanck; Francianne de Azevedo Giovanella; Mônica Canilha Tortelli	2004	Artigo	Sistêmica
Reintegração da criança e do adolescente vitimados na percepção dos pais	Camilla Soccio Martins; Maria das Graças Carvalho Ferriani	2003	Artigo	-
Reintegração familiar de crianças e adolescentes: processos malsucedidos	Aline Cardoso Siqueira; Lucianna Tortorelli Massignan; Débora Dalbosco Dell'Aglio	2014	Artigo	Sistêmica
Retornando para a família de origem: fatores de risco e proteção no processo de reinserção de uma adolescente institucionalizada	Aline Cardoso Sequeira; Débora Dalbosco Dell'Aglio	2007	Artigo	Sistêmica
Um estudo ecológico sobre as interações da família com o abrigo	Queila Almeida Vasconcelos; Maria Angela Mattar Yunes; Narjara Mendes Garcia	2009	Artigo	Sistêmica

A categoria Caracterização refere-se ao tipo de estudo realizado e foi composta por artigos e dissertações que descrevem processos e aspectos relativos à institucionalização e a reintegração familiar, sendo assim, não apresentam uma linha teórica definida. Conforme pode ser observado na tabela 2, o ano de publicação variou entre 2005 e 2014 e o tipo de publicação prevalente são artigos.

**Tabela 2 - Classificação dos estudos selecionados para revisão narrativa categoria Caracterização**

<b>Categoria: Caracterização</b>			
<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>Ano</b>	<b>Tipo de publicação</b>
A nova lei nacional de adoção – desafios para a reinserção familiar	Milena Leite Silva; Dorian Mônica Arpini	2013	Artigo
Como ocorre a reintegração familiar? Investigando esse processo em uma amostra de crianças acolhidas	Fernanda Lacerda Silva	2012	Dissertação
Família e Instituições de Acolhimento para crianças e adolescentes: Desafios na superação de conflitos e na humanização do atendimento nas medidas de proteção	Neide Aparecida de Souza Lehfeld; Thiago Rodrigo da Silva	2014	Artigo
Os desafios na garantia do direito à convivência familiar	Juliana Maria Fernandes Pereira; Liana Fortunato Costa	2005	Artigo

(continua)

(continuação)

Políticas Públicas de Garantia do Direito à convivência familiar e comunitária	Aline Cardoso Siqueira; Débora Dalbosco Dell'Aglio	2011	Artigo
Reintegração familiar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional em municípios brasileiros de diferentes portes populacionais	Andrea M. Ianneli; Simone Gonçalves Assis; Liana Wernerbach Pinto	2013	Artigo

Já a categoria Interventivo/Instrumental diz respeito ao tipo de produção destinada à intervenção ou instrumentação para se intervir, utilizadas no trabalho de reintegração. Esta contemplou publicações que apresentaram propostas de intervenções ou técnicas para auxiliar na compreensão do fenômeno da reintegração familiar e podem ser vistas na Tabela 3.

**Tabela 3 - Classificação dos estudos selecionados para revisão narrativa categoria interventivo instrumental**

<b>Categoria: Interventivo / Instrumental</b>			
<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>Ano</b>	<b>Tipo de publicação</b>
Do Abrigo a Família	Terra dos Homens	2002	Cartilha
Famílias de Crianças e Adolescentes Abridados	Eunice Teresinha Fávero; Maria Amália Faller Vitale; Myrian Veras Baptista	2009	Livro
Institucionalização e reinserção familiar de crianças e adolescentes	Líliã Iêda Chaves Cavalcante; Simone Souza da Costa Silva; Celina Maria Colino Magalhães	2010	Artigo
Instituições de Abrigo, Famílias e Redes de Apoio Social e Afetivo em Transições Ecológicas na Adolescência	Aline Cardoso Siqueira	2006	Dissertação
Reintegração familiar e múltiplos acolhimentos institucionais	Maria Aparecida Penso; Patrícia Jakeliny Ferreira de Souza Moraes	2016	Artigo

Durante a pesquisa da temática, constatou-se que o estudo de caso foi a metodologia mais utilizada. Ventura (2007) considera que este tipo de estudo é apropriado para a investigação de fenômenos com uma grande variedade de fatores que podem ser diretamente observados quando não existem leis básicas para determinar quais são os mais importantes. Fávero, Vitale e Baptista (2009) consideram que a reintegração familiar se torna complexa por envolver diferentes variáveis, como as relações intrafamiliares, as redes sociais das famílias, políticas públicas, programas sociais e a morosidade do judiciário.

A revisão narrativa identificou diferentes aspectos apresentados na realização dos estudos, apontando para a complexidade da reinserção, como, por exemplo, a relação

estabelecida entre a família e a instituição de acolhimento; a percepção de famílias com relação ao processo de abrigamento; os fatores de riscos e proteção implicados no processo de reinserção familiar; a implicação do papel da família na reinserção familiar, e também a caracterização do processo de desligamento de adolescentes em acolhimento institucional. Considerando que o fenômeno reinserção familiar é multifatorial, os estudos de caso investigam aspectos diferentes, porém, quando correlacionados, auxiliam na compreensão do fenômeno estudado em sua totalidade.

Estes aspectos vão ao encontro do referencial teórico apresentado pelos trabalhos analisados, pois em sua maioria utilizam como base a abordagem bioecológica proposta na teoria de Bronfenbrenner (2011): “a pessoa é compreendida pelos aspectos biológicos, físicos e psicológicos em interação com o ambiente”. O desenvolvimento humano é um fenômeno marcado pela interação das pessoas através do processo, contexto e do tempo (BRONFENBRENNER; MORRIS, 2006). Esta teoria do desenvolvimento humano destaca-se por romper com as relações causais e, ao incluir nas relações os fatores biológicos e culturais é possível compreender as condições de risco ao desenvolvimento de uma criança ou adolescente e a importância da influência e mediação da família. Logo, a família é um contexto fundamental para o desenvolvimento das pessoas e da subjetividade humana e, quando esta não fornece subsídios para desenvolvimento de seus membros, como no caso de crianças abrigadas, é o Abrigo que deverá exercer esta função.

Seguindo o modelo bioecológico, pode-se considerar que a família possui a função de proteção e socialização dos seus integrantes, acomodando e transmitindo uma determinada cultura. A família é a matriz de identidade dos membros, é ela que define o principal contexto do desenvolvimento humano, envolvendo os processos de separação e pertencimento ao longo do ciclo de vida familiar (MINUCHIN; FISHMAN, 1990).

Considera-se como ciclo de vida familiar as mudanças ocorridas nos estágios de desenvolvimento da família, que podem ser divididas em seis fases: jovens adultos solteiros, novo casal, filhos pequenos, adolescente, emancipação dos filhos e famílias no estágio tardio da vida. O estresse familiar ocorre em momentos de transição entre um estágio e o outro, podendo produzir sintomas ou disfunções no sistema familiar (CARTER; MCGOLDRICK, 1995).

O fluxo de ansiedade pode receber influência “vertical” e “horizontal” (CARTER, 1978 *apud* CARTER; MCGOLDRICK, 1995). Os estressores verticais são caracterizados por padrões, mitos, segredos e legados familiares; já os horizontais são subdivididos em: desenvolvimentais, transições no ciclo de vida e aspectos imprevisíveis como morte precoce,

doenças crônicas e acidentes. Pesquisas apontam que condições econômicas desfavoráveis, família numerosa, doença mental, desemprego ou subemprego e baixa escolaridade dos responsáveis pela família podem ser considerados como fatores de risco para o processo de institucionalização das crianças e adolescentes (SILVA e AQUINO, 2005; SIQUEIRA, 2009; SIQUEIRA, DELL'AGLIO, MASSIGNAN, 2011).

O papel do abrigo ou instituição de acolhimento é o de fornecer um trabalho a fim de subsidiar condições para o desenvolvimento de competências para a formação da personalidade das crianças e dos adolescentes. Porém, a institucionalização apresenta riscos e limites ao desenvolvimento, uma vez que segrega a criança e o adolescente da sua família e comunidade; restringe os vínculos sociais; massifica os procedimentos de cuidado à criança e ao adolescente; fragiliza as bases de apoio ao desenvolvimento infantil, podendo comprometer as capacidades humanas no plano físico, intelectual, social e afetivo (SIQUEIRA, 2006).

A fim de minimizar os danos do processo de institucionalização, os técnicos envolvidos no processo de acolhimento sugerem que se realize o processo de reinserção familiar ou reintegração familiar, caracterizado como um conjunto de ações para promover a união de crianças e adolescentes afastados da família nuclear, extensa ou adotiva (SIQUEIRA, 2006; SIQUEIRA, DELL'AGLIO, MASSIGNAN, 2011). Para estes autores, esse processo visa não só a reunião física, mas, principalmente, a conservação dos laços afetivos familiares e os sentimentos de conexão da criança ou adolescente com os membros de sua família. É um processo planejado, atrelado a uma variedade de serviços que visa dar apoio à criança ou adolescente, às famílias e pessoas envolvidas.

A revisão narrativa aponta para dois tipos de processos interventivos que auxiliam no trabalho com as famílias das crianças e adolescentes acolhidos. O primeiro corresponde a reintegração familiar, processo realizado pelos técnicos do serviço de acolhimento, em conjunto com o poder judiciário, a fim de conservar os vínculos familiares da criança acolhida. O segundo, intitulado Plano de Visita, trata-se do processo de reaproximação da família com a criança no serviço de acolhimento.

Já o plano formal de visita, segundo Siqueira e Dell'Aglio (2007), inicia-se com um levantamento de todos os laços perdidos ao longo da vida da criança acolhida, e que não deve restringir-se aos vínculos de parentesco. Considera-se importante incluir pessoas que tiveram papel significativo na história da família e da criança acolhida. Para obter êxito nesta fase, a equipe técnica deve avaliar o objetivo das visitas, a criança, o local, o método e quem poderá

participar desses encontros, pois a manutenção do vínculo familiar deverá ocorrer visando a proteção da criança ou adolescente.

Concomitantemente à realização das visitas da família à criança, é realizado um trabalho com a família de origem, extensa ou rede de vínculo afetivo, que pode ser intitulado como “pré-reintegração familiar”. Visando compreender e promover o entendimento acerca dos motivos que levaram a criança ao acolhimento institucional, identificar com a família os aspectos sócios jurídicos, e levantar, no histórico familiar, aspectos significativos, reconhecer os recursos e os conflitos que implicam neste processo (ABTH, 2003).

A fim de favorecer a construção de uma relação de proximidade e diálogo entre a família e a equipe da instituição de acolhimento, Siqueira e Dell’Aglia (2007) sugerem que a história de vida da família deva ser acessada em encontros semanais, preferencialmente em visitas domiciliares, pois este processo favorece tal construção. Esta história inclui elementos como início da relação do casal, nascimento e crescimento dos filhos até chegar o momento da retirada da criança. Assim, é possível conhecer a constituição da dinâmica familiar, com o intuito de identificar aspectos que favoreçam a reintegração familiar da criança acolhida. Durante o levantamento histórico de vida da família, para se realizar uma intervenção pautada em referenciais da terapia sistêmica, indica-se que seja realizada uma entrevista na modalidade reflexiva, pois os membros não participam apenas respondendo às perguntas, mas também expõem as suas dúvidas, angústias e reflexões. Conseqüentemente, a família interage com os técnicos favorecendo o processo conversacional possibilitando ressignificações de momentos importantes da vida familiar.

Tomm (1988) considera que os terapeutas realizam intervenções conversacionais e estas são desenvolvidas através de perguntas, que podem ser classificadas em: lineares, circulares, estratégicas e reflexivas. As perguntas lineares são de cunho investigativo, norteadoras para compreender a natureza dos fenômenos. O terapeuta irá utilizar questionamentos como: “Quem fez?”, “O que?”, “Onde?”, “Quando?” e “Por quê?”. As perguntas podem ser: “Quem está acolhido?”, “O que aconteceu para a criança ser acolhida?”, “Como aconteceu o acolhimento?”, “Quem está apoiando a família neste momento?”. Estes tipos de perguntas auxiliam no processo investigativo, porém, apresentam alguns riscos, dentre a tendência à condução a uma atitude de julgamento, favorecendo que a família apresente atitudes defensivas (TOMM, 1988).

As perguntas circulares, por sua vez, são caracterizadas pela exploração de um determinado fenômeno, os pressupostos são interacionistas e sistêmicos, pois buscam aproximar os padrões que conectam pessoas, objetos, ações, percepções, ideias e contextos. As

perguntas podem ser: “Como é que aconteceu de nos encontrarmos juntos, hoje?”, “Quem mais se preocupou?”, “Quem você acha que se preocupa mais?”, “Alguém se opôs a participar do encontro de hoje?”. Tais perguntas não objetivam saber precisamente a origem dos problemas, mas sim como a família interage com o problema, sendo que as respostas tenderão a ser mais naturais e aceitáveis (TOMM, 1988).

As perguntas estratégicas são realizadas objetivando uma interação instrutiva. O terapeuta elabora perguntas com base na dinâmica da família e informa o que está observando através de perguntas estratégicas, visando uma nova possibilidade de interação. Tomm (1988) considera que a atitude diretiva em determinados momentos auxilia a mobilizar a família.

Já as perguntas reflexivas possuem como característica uma interação facilitadora, na qual os membros da família são autônomos e não podem ser instruídos diretamente. O terapeuta atua como um guia, visando encorajar os membros da família a utilizarem seus recursos para resolver o problema.

Os processos reflexivos não estão relacionados apenas à forma de realizar perguntas. Grandesso e Labs (2017) pontuam que é uma prática da terapia de família pós-moderna, desenvolvida por Tom Andersen (1998, 2002), que não possui a intenção de influenciar ou realizar diagnósticos, mas visa, através dos processos de ressignificações, ampliar as possibilidades da família em lidar com as suas dificuldades.

Em estudo realizado por Brito, Rosa, Trindade, (2014) com técnicos do serviço de acolhimento institucional, foi apontada a dificuldade de adesão das famílias aos programas de apoio familiar. Os técnicos mencionaram que nos encontros realizados costumam discutir de forma instrutiva com as famílias diversas formas de cuidado para com os filhos. Paralelamente, Vasconcelos, Yunes e Garcia (2009), ao estudarem a interação entre as famílias das crianças acolhidas e o abrigo, pontuam que a família em determinados momentos teme julgamentos dos trabalhadores da instituição de acolhimento, como se tivessem como objetivo procurar algo errado para retirar a guarda dos filhos.

Por meio dos dois estudos, pode-se constatar o que Tomm (1998) considera como risco nas intervenções estratégicas. Segundo o autor, no momento em que os técnicos apresentam uma instrução sobre a parentalidade, a família sente-se intimidada com a instituição, e, ao invés de auxiliar no processo de aproximação e interação entre a família e a instituição de acolhimento, observa-se que o processo é oposto, ou seja, de afastamento. Tais intervenções podem gerar sentimentos de insegurança com relação à parentalidade, dificultando o estabelecimento de vínculo de confiança entre os técnicos e a família, conseqüentemente, impedindo o processo de reinserção familiar. Por esta razão, a intervenção instrutiva não tem o

efeito desejado sobre a família. É importante pensar sobre o que colocam Siqueira e Dell’Aglío (2007), que ao realizarem o processo proposto, com uma abordagem reflexiva e colaborativa, afirmam que os atendimentos da equipe técnica com a família, favorecem o processo para uma mudança na comunicação familiar, visando à construção de uma nova interação entre seus membros. A promoção da comunicação positiva é fator determinante para facilitar as relações entre os membros da família, pois são aspectos que interferem diretamente na dinâmica familiar.

A comunicação familiar pode ser classificada em três diferentes categorias: comunicação aberta, superficial e fechada. Na comunicação aberta, os membros podem manifestar seus sentimentos e questionamentos sem se sentirem ameaçados. Sendo assim, quanto menor for o desacordo entre os membros da família, melhor será o desenvolvimento das relações familiares (WAGNER ET AL., 2005). Já a comunicação fechada, pode ser caracterizada pela autoridade, ordens e ameaças. Nas famílias de comunicação superficial ou fechada, os membros conversam apenas sobre assuntos que fazem parte do cotidiano da família, mas não há espaço para conversar sobre as dúvidas ou emoções (RÍOS-GONZÁLEZ, 1994 APUD WAGNER ET AL., 2005).

Conforme mencionado anteriormente, pode-se compreender a dinâmica familiar através da comunicação estabelecida entre seus membros. Entretanto, tal compreensão pode ser ampliada através da utilização do genograma, um instrumento técnico que “representa o mapeamento gráfico da história e do padrão familiar, mostrando a estrutura básica, a demografia, o funcionamento e os relacionamentos da família” (MCGOLDRICK; GERSON, 1995, p. 145). Neste instrumento, que poderá ser traçado graficamente, é possível acessar a história da família em, ao menos, três gerações, além de estrutura e alianças familiares, mudanças relacionais, tradições, crenças e rupturas familiares (FÁVERO, VITALE, BAPTISTA, 2008).

Em uma família que possui sintomas ou aspectos semelhantes à violência, pode-se observar em sua comunicação a presença de críticas, acusações, silêncios, duplas mensagens entre seus membros e dificuldade em colocar-se no lugar do outro, assim como a rigidez na resolução de problemas. Com relação à dinâmica familiar, é possível observar dificuldade com a parentalidade, responsabilização e o estabelecimento de limites entre seus membros (WEIT, 1986).

Vasconcelos, Yunes e Garcia (2009) consideram que as práticas parentais não são habilidades inatas, mas transgeracionais. Assim, os pais aprenderam a educar seus filhos com as gerações anteriores, ou na complexidade singular do cotidiano das práticas de cuidado e



educação de crianças e adolescentes, em contextos variados. As famílias de crianças em acolhimento institucional não possuem espaço para refletir criticamente sobre a parentalidade e a construção de outros papéis, funções e práticas educativas. Sendo assim, Siqueira e Dell'Aglio (2011), sugerem que, junto ao processo de avaliação da família, os profissionais envolvidos devem interligar práticas que desenvolvam a parentalidade e estratégias que fortaleçam estratégias de práticas não abusivas.

Uma prática sugerida por Oliveira (2010) é a realização de grupos de multifamília. Nestes espaços, os participantes discutem e buscam soluções para seus problemas, através da troca de experiências, servindo inclusive como instrumento para o fortalecimento da rede social das famílias, aspecto fundamental para que uma reinserção efetiva seja realizada, tendo em vista que é nas redes de apoio que a família resgata competências para o desenvolvimento familiar (PENSO, MORAES, 2016; ROSA, NASCIMENTO, MATOS, SANTOS, 2009)

Considerando as redes de apoio como fator importante para a reinserção familiar, Siqueira (2006) sugere que os técnicos utilizem o *ecomapa* durante o processo de avaliação da família. Este instrumento auxilia na representação gráfica das relações sociais estabelecidas entre a família e a comunidade, auxiliando a avaliar os apoios e suportes. Tal ferramenta é um diagrama dos contatos da família com pessoas, grupos ou instituições, como: escolas, serviços de saúde e comunidades religiosas.

Após realizar a avaliação da família e um trabalho de ressignificação da parentalidade, Siqueira e Dell'Aglio (2011) apontam que o processo de preparação para o desligamento da criança e do adolescente pode ser iniciado. Este procedimento deverá acontecer de forma gradual, auxiliando tanto na adaptação da criança acolhida com a sua família, quanto para os seus responsáveis que desempenharão novos papéis. Siqueira e Dell'Aglio (2011) descrevem o processo de desligamento em cinco etapas. A primeira etapa é constituída pela criação de espaços para que pais e filhos possam ter conversas íntimas, ou seja, reservado das demais famílias e crianças que estão realizando visita na casa de acolhimento. Posteriormente, momentos de descontração, brincadeiras, deverão ser oportunizados. Concomitante a essas etapas, os técnicos do acolhimento deverão introduzir novos mecanismos de administração dos conflitos da família. À medida que é realizado o estreitamento das relações familiares, cuidados com higiene, saúde e alimentação poderão ser compartilhados no interior do abrigo. Ao concluir com êxito este processo, o retorno para a família e desligamento do abrigo poderá ser proposto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que inicie o processo de reintegração familiar, faz-se necessário que os profissionais envolvidos no processo apresentem uma visão sistêmica sobre as famílias cujos filhos estão em acolhimento institucional. A família deve ser considerada como parte de um universo complexo de relações, uma vez que é um fenômeno que envolve o governo, a sociedade e o sistema judiciário.

Para que a avaliação possa ser realizada de forma segura, o profissional deverá levar em consideração as motivações dos familiares para o retorno da criança para a família, dinâmica familiar, fatores de risco e os aspectos protetivos e a rede de apoio. Concomitantemente, poderá desenvolver um acompanhamento através de um grupo de multifamiliar com o intuito de realizar uma troca de experiências entre as famílias que possuem vivências semelhantes, para desenvolverem suas habilidades parentais.

Como sugestão, poderão ser criados programas de treinamento para os técnicos atuantes em instituições de acolhimento, apresentando o processo de reinserção familiar, com as técnicas de compreensão sistêmica. Ao adotar uma postura colaborativa, o profissional poderá auxiliar a família na exploração de seus recursos, identificar o seu potencial, experimentar novas maneiras de cuidar e construir novos significados para história de vida familiar.

Este procedimento é complexo e demorado, pois ele só poderá avançar na medida em que a família responde ao processo. Sendo assim, sugere-se que as casas de acolhimento tenham uma equipe técnica responsável por este procedimento, de forma que um técnico se responsabilize pela avaliação e acompanhamento da família e outro pelo cuidado da criança, no período do acolhimento, com a realização dos planos de atendimento individual, acompanhamento escolar, saúde e socialização.

Como podemos observar, foram realizados poucos estudos interventivos sobre este fenômeno, faz-se necessário que os profissionais que atuam diretamente na área compartilhem suas intervenções em diferentes instituições brasileiras de acolhimento, apontem as dificuldades e os acertos na realização do processo de reintegração familiar. A realização de estudos comparativos correlacionando as idades das crianças acolhidas, grupo de irmãos ou, até mesmo, investigando o motivo que levou ao acolhimento, auxiliará a promover uma reinserção familiar efetiva.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Associação Brasileira Terra dos Homens. (2003). Trabalho social com família (Série em Defesa da Convivência Familiar e Comunitária). São Paulo: ABTH

AZÔR, Ana Mafalda Guedes Cabral Courinha Vassalo; VECTORE, Celia. Abrigar/desabrigar: conhecendo o papel das famílias nesse processo. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 25, n. 1, p.77-89, mar. 2008. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-166x2008000100008>. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-166X2008000100008&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2008000100008&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 02 fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm)>. Acesso em: 22 maio 2017.

BRITO, Carolina Oliveira; ROSA, Edinete Maria; TRINDADE, Zeidi Araújo. O processo de reinserção familiar sob a ótica das equipes técnicas das instituições de acolhimento. **Temas em Psicologia**, [s.l.], v. 22, n. 2, p.401-413, 13 ago. 2014. Associação Brasileira de Psicologia. <http://dx.doi.org/10.9788/tp2014.2-11>. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v22n2/v22n2a12.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2019.

BRONFENBRENNER, Urie. **Bioecologia do Desenvolvimento Humano: tornando os seres humanos mais humanos**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CARTER, Betty; MCGOLDRICK, Monica. **As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar: Uma Estrutura para a Terapia Familiar**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves; SILVA, Simone Souza da Costa; MAGALHÃES, Celina Maria Colino. Institucionalização e reinserção familiar de crianças e adolescentes. **Ver. Mal-estar Subj.**, Fortaleza, v. 10, n. 4, p.1147-1172, dez. 2010. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-61482010000400005](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482010000400005)>. Acesso em: 02 fev. 2019.

FÁVERO, Eunice Teresinha; VITALE, Maria Amália Faller; BAPTISTA, Myrian Veras (Org.). **Famílias de crianças e adolescentes abrigados: quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam**. São Paulo: Paulus, 2008.

GRANDESSO, Marilene; BENETTI, Daniela Simões. CRIANÇAS E ADOLESCENTES ABRIGADOS NO BRASIL: UMA RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA. **Nova Perspectiva Sistêmica**, Rio de Janeiro, v. 0, n. 36, p.28-38, abr. 2010.

IANNELLI, Andrea M.; ASSIS, Simone Gonçalves; PINTO, Liana Wernersbach. Family reintegration of children and adolescents in foster care in Brazilian municipalities with different population sizes. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p.39-48, jan. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232014201.19872013>. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232015000100039&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232015000100039&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 02 fev. 2019.

CARTER, B., & MCGOLDRICK, M. As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar (M. A. V. Veronese, Trad.). In B. Carter & M. McGoldrick (Eds.), *Mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar* (pp. 7-29). Porto Alegre, RS: Artes Médicas.

LABS, Mayara Schinch e GRANDESSO, Marilene. **Processos reflexivos: ampliando possibilidades para terapeutas que atendem sem equipe.** *Nova perspect. sist.* [online]. 2017, vol.26, n.58, pp. 98-113. ISSN 2594-4363.

MINUCHIN, Salvador; FISHMAN, Charles H. **Técnicas de Terapia Familiar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

OLIVEIRA, Ana Paula Granzotto de; MILNITSKY-SAPIRO, Clary. Políticas públicas para adolescentes em vulnerabilidade social: abrigo e provisoriedade. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 27, n. 4, p.623-635, dez. 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-98932007000400005>. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932007000400005&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932007000400005&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 02 fev. 2019.

PENSO, Maria Aparecida; MORAES, Patrícia Jakeliny Ferreira de Souza. Reintegração familiar e múltiplos acolhimentos institucionais. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, [s.l.], v. 14, n. 2, p.1523-1535, 1 jul. 2016. Fundacion Cinde. <http://dx.doi.org/10.11600/1692715x.14243180815>. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/rlcs/v14n2/v14n2a44.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2019.

PEREIRA, Juliana Maria Fernandes; COSTA, Liana Fortunato. Os desafios na garantia do direito à convivência familiar. **Rev. Bras. Crescimento Desenvolv. Hum.**, São Paulo, v. 15, n. 1, p.19-31, abr. 2005. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12822005000100004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822005000100004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 02 fev. 2019.

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil.** Rio de Janeiro: Santa Úrsula/Amais 1997

ROCHA, Patricia Jovasque; ARPINI, Dorian Mônica; SAVEGNAGO, Sabrina Dal Ongaro. Acolhimento institucional: percepções de familiares que o vivenciaram. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 67, n. 1, p. 99-114, 2015. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672015000100008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672015000100008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 02 fev. 2019.

ROSA, Edinete Maria et al. O processo de desligamento de adolescentes em acolhimento institucional. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 17, n. 3, p.361-368, dez. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-294x2012000300003>. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X2012000300003&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2012000300003&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 02 fev. 2019.

ROTHER, Edna Terezinha. **Revisão sistemática X revisão narrativa.** Acta paul. enferm., São Paulo, v. 20, n. 2, jun. 2007. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-21002007000200001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002007000200001&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 15 nov. 2018

SILVA, Enid Rocha Andrade da, e AQUINO, Luseni Maria Cordeiro de. **Os abrigos para crianças e adolescentes e o direito à convivência familiar e comunitária**. Políticas Sociais. Ipea, 2005.

SILVA, Milena Leite; ARPINI, Dorian Mônica. A nova lei nacional de adoção: desafios para a reinserção familiar. **Psicologia em Estudo**, [s.l.], v. 18, n. 1, p.125-135, mar. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-73722013000100013>. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v18n1/v18n1a12.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2019.

SILVA, Mara Regina Santos da; NUNES, Karina da Silva. **Avaliação e diagnóstico do processo de reinserção familiar e social de crianças e adolescentes egressos de uma casa de passagem. 2004** Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/1704>>. Acesso em: 10 maio 2018.

SIQUEIRA, Aline Cardoso. **INSTITUIÇÕES DE ABRIGO, FAMÍLIA E REDES DE APOIO SOCIAL E AFETIVO EM TRANSIÇÕES ECOLÓGICAS NA ADOLESCÊNCIA**. 2006. 131 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Curso de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2006. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5955/000522590.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 maio 2018.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Políticas públicas de garantia do direito à convivência familiar e comunitária. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p.262-271, ago. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-71822011000200007>. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822011000200007&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000200007&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 02 fev. 2019.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Retornando para a Família de Origem: Fatores de risco e proteção no Processo de Reinserção de uma Adolescente Institucionalizada. **Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 134-146, dez. 2007. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12822007000300014&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822007000300014&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 02 fev. 2019.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. MASSIGNAN, Lucianna Tortorelli. Reinserção familiar de adolescentes: processos malsucedidos. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 50, p.383-391, dez. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-863x2011000300011>. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-863X2011000300011&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2011000300011&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 02 fev. 2019.

\_\_\_\_\_ et al. Processo de reinserção familiar: estudo de casos de adolescentes que viveram em instituição de abrigo. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 15, n. 1, p.7-15, abr. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-294x2010000100002>. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X2010000100002&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2010000100002&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 02 fev. 2019.

TOMM, Karl. Entrevistamento Interventivo: Parte III. Pretendendo fazer questões lineares, circulares, estratégicas ou reflexivas? *Fam. Proc.* 27:1-55, 1988.

VASCONCELOS, Queila Almeida; YUNES, Maria Angela Mattar; GARCIA, Narjara Mendes. Um estudo ecológico sobre as interações da família com o abrigo. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 19, n. 43, p.221-229, ago. 2009. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-863x2009000200010>. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-863X2009000200010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2009000200010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 02 fev. 2019.

WAGNER, Adriana et al. Estratégias de comunicação familiar: a perspectiva dos filhos adolescentes. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p.277-282, ago. 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-79722005000200016>. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79722005000200016&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722005000200016&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 02 fev. 2019.